



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/11/2015

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. VARA DA MULHER.....	3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. DECISÕES.....	4 - 5
3.2. JUÍZES.....	6
3.3. RÁDIO WEB JUSTIÇA.....	7
3.4. VARA DA MULHER.....	8

Prazo

Policiais terão de ser nomeados em 60 dias, diz Justiça

POLÍTICA 3

Governo tem 60 dias para dar segurança a dois municípios

Justiça determinou que Flávio Dino nomeie delegados, escrivães e agentes de polícia para Bacuri e Apicum-Açu, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil

Considerando em situação de caos o setor de segurança pública dos municípios de Bacuri e Apicum-açu, o juiz Thadeu de Melo Alves determinou prazo de 60 dias para que o governador Flávio Dino nomeie delegado, escrivão e investigadores para a delegacia da comarca. A multa pelo não cumprimento ou mesmo pelo atraso é de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia. O Estado pode recorrer da decisão.

“É pública e notória a situação caótica da Segurança Pública na comarca de Bacuri/MA, a qual possui como termo judiciário o Município de Apicum-Açu”, diz o despacho do juiz, que atendeu a Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público.

Ainda em seu despacho, o juiz ressaltou que o Ministério Público recebe diversas denúncias relativas ao aumento da violência e da criminalidade e enfatiza a precariedade do aparelho de segurança pública local, que é um dever do Estado.

Na Comarca de Bacuri há apenas um delegado e um investigador de polícia para uma população de cerca 35 mil habitantes nos dois municípios.

“A carência de policiais implica na falta de policiamento ostensivo, de investigações policiais adequadas, com reflexos no não registro de ocorrências pela população, por descrédito na polícia, e na impossibilidade de elucidação dos crimes notificados, pela não instauração de inquéritos policiais e na deficiência da investigação criminal, aumentando, consequentemente, a impunidade e a criminalidade”, relata a decisão.

Além da falta de assistência imediata à população, a ausência dos agentes de segurança prejudicam os serviços judiciários, uma vez que os inquéritos policiais, boletins de ocorrência, relatórios policiais e demais diligências exercidas pela polícia civil extrapolam o



Jefferson Portela vai ter que encontrar profissionais de segurança para municípios maranhenses

PRECARIEDADE

Juiz fez inspeção local nas duas cidades

Para fundamentar sua decisão Thadeu Alves realizou inspeções nas delegacias dos municípios de Bacuri e Apicum-Açu, oportunidade em que constatou uma situação ainda mais precária do que a relatada na ACP. De acordo com o juiz, a Delegacia

de Bacuri se encontra sem Delegado de Carreira e com apenas 01 (um) Investigador de Polícia Civil, enquanto Apicum-Açu também não dispõe de delegado de carreira, contando apenas com dois investigadores de polícia.

“É pública e notória a situação caótica da Segurança Pública na comarca de Bacuri/MA”

THADEU MELO, Juiz

tempo legal para serem concluídos, retardando o andamento e o

NÚMEROS

35

Mil é a população dos dois municípios

3

investigadores e 1 escrivão deverão ser nomeados para Bacuri

4

investigadores, 1 delegado e 1 escrivão têm que ser nomeados para Apicum-Açu

juízo de processos criminais. Para o magistrado, esse é outro fator que contribui com a insegurança e o alto índice de impunidade ele afirma “ser humanamente impossível prestar um serviço de qualidade mínima com o quadro de servidores”.

A decisão determina que o Estado lote no Município de Bacuri 03 (três) Investigadores e 01 (um) Escrivão; enquanto em Apicum-Açu, deverão ser lotados 01 (um) Delegado, 04 (quatro) Investiga-

dores e 01 (um) Escrivão. Todos os servidores devem ser concursados e os cargos deverão ser providos mediante lotação, remoção, transferência, expedição de ordem de missão, nomeação ou qualquer outra forma legal e constitucional. ●

ATENDIMENTO ESPECIAL

Casa da Mulher Brasileira ampliará proteção às vítimas

O governo do Maranhão já concluiu mais de 30% das obras de construção da primeira Casa da Mulher Brasileira no estado. O espaço de 3 mil metros quadrados é construído com o apoio do governo federal, no qual ofertará serviços de combate à violência contra as mulheres, em regime de 24 horas por dia. O objetivo é integrar e ampliar os serviços públicos existentes para estas mulheres, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede assistencial e da promoção da autonomia financeira. A obra vem sendo executada em ritmo acelerado. A inauguração está prevista para março de 2016, com capacidade de atender 300 mulheres por dia.

Seguindo um padrão nacional, a Casa da Mulher Brasileira no Maranhão, ofertará de forma humanizada e integrada, os serviços da Defensoria Pública da Mulher, Delegacia Especial da Mulher, Tribunal de Justiça com a Vara Especial e enfrentamento doméstico, equipe multidisciplinar para mulher com profissionais do Centro de Referência do município de São Luís, serviço de Autonomia Econômica, espaço para formação e qualificação profissional, alojamento de passagens para o acolhimento de mulheres e crianças, berçários e brinquedoteca.

A secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto, destaca a importância da parceria com o governo federal para a concretização da casa. Laurinda ainda reforça a importância da integralização de outras instituições de Estado no projeto, como Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros órgãos, estimulando a denúncia imediata e o amparo a mulher.

"Dessa forma nós vamos evitar que as mulheres vítimas façam uma via crucis para denunciarem o caso de agressão. Com esse aparato de órgãos integrados, nós vamos proporcionar comodidade a estas mulheres, evitando deslocamentos que cruzam a cidade, diminuindo o sofrimento destas mulheres que já se encontram em situa-

>> Mais Mulher

A iniciativa do governo do Maranhão em reunir os serviços voltados para a mulher maranhense tem gerado bons resultados, como o que vem sendo desenvolvido durante todo o mês de outubro, no qual se desdobra em ações de cidadania e saúde com a Carreta da Mulher e o Mamógrafo Móvel.

A carreta é uma unidade móvel dotada de consultório médico, sala para coleta de exame papanicolau; banheiro; e um miniauditório com TV, com capacidade para mais de 20 mulheres. Em um ambiente climatizado as mulheres, enquanto esperam atendimento de saúde, assistem palestras e são orientadas sobre a importância da prevenção ao câncer. Após o acolhimento e atendimento na Carreta é feita uma triagem das mulheres, aquelas que têm mais de 40 anos, e, principalmente, tem histórico de câncer na família seguem para o atendimento no Mamógrafo Móvel.

ção vulnerável", disse.

O centro integrado especializado no atendimento da mulher visa garantir o enfrentamento e a punição à violência contra o gênero de forma rápida e efetiva, no qual conta ainda com uma estrutura com um alojamento de passagem para receber as vítimas por um período de até 48 horas, em caso de medida protetiva determinada pela Justiça. O acolhimento é realizado tanto para as mães como para os filhos, a exemplo dos bebês, que poderão contar com uma área de berçários, além de uma brinquedoteca para crianças.

A Casa é um dos eixos do programa "Mulher Viver sem Violência", coordenado pela Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, aderido pelo governador Flávio Dino, no início de sua gestão.



Casa da Mulher Brasileira no Jaracati terá 3 mil metros quadrados

Estado tem 60 dias para nomear agentes de segurança

PAG. 3 [C1]

Estado tem 60 dias para nomear agentes de segurança para Bacuri e Apicum-Açu

Uma decisão liminar obriga que o Governo do Estado do Maranhão nomeie, no prazo de 60 dias, profissionais de segurança pública para os cargos de Delegado, Investigador e Escrivão, todos do quadro da Polícia Civil do Estado. A decisão é do juiz Thadeu de Melo Alves, titular da Comarca de Bacuri, atendendo a uma Ação Civil Pública (ACP) proposta pela promotoria local. A multa pelo não cumprimento ou mesmo pelo atraso é de R\$ 1 mil por dia. O Estado pode recorrer da decisão. Em sua decisão, o juiz afirma que a ACP apresenta elementos

que comprovam que "é pública e notória a situação caótica da Segurança Pública na comarca de Bacuri/MA, a qual possui como termo judiciário o Município de Apicum-Açu". Ele destaca que o Ministério Público na cidade recebe diversas denúncias relativas ao aumento da violência e da criminalidade e enfatiza a precariedade do aparelho de segurança pública local, que é um dever do Estado. De acordo com o juiz, os dois únicos servidores da segurança (um delegado e um investigador) não dão conta de atender

satisfatoriamente a uma população de cerca 35 mil habitantes, considerando os dois municípios contemplados na decisão. O visível aumento da criminalidade nos últimos anos também está associado ao crescimento do tráfico de drogas, uma vez que os municípios servem como rota da droga no Estado.

Além da falta de assistência imediata à população, a ausência dos agentes de segurança prejudicam os serviços judiciais, uma vez que os inquéritos policiais, boletins de ocorrência, relatórios policiais e demais diligências

exercidas pela polícia civil extrapolam o tempo legal para serem concluídos, retardando o andamento e o julgamento de processos criminais. A decisão determina que o Estado lote no Município de Bacuri três investigadores e um escrivão; enquanto em Apicum-Açu, deverão ser lotados um delegado, quatro investigadores e um escrivão. Todos os servidores devem ser concursados e os cargos deverão ser providos mediante lotação, remoção, transferência, expedição de ordem de missão, nomeação ou qualquer outra forma legal e constitucional. Para fundamentar sua decisão Thadeu Alves realizou inspeções nas delegacias dos municípios de Bacuri e Apicum-Açu, oportunidade em que constatou uma situação ainda mais precária do que a relatada na ACP.

Ficha Limpa

No ano de 2002, o juiz Márlon Reis, titular da 2ª Vara da Comarca de João Luís, em conjunto com lideranças sociais de todo o país, idealizou o fundou o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, rede de abrangência nacional que se propõe a promover a efetiva aplicação de normas contra o abuso de poder econômico e político nas eleições. Em 2010 foi criada a Lei da Ficha Limpa, primeira a afastar a exigência do trânsito em julgado como critério para o registro de candidaturas.

Reconhecimento

O governo do Estados Unidos convidou o juiz Márlon para participar do Programa de Visita de Líderes Internacionais, principal programa de intercâmbio mantido por aquele país, em que os participantes são selecionados anualmente pelo staff diplomático norte-americano por todo o mundo, conforme destacada atuação em seus países de origem. Este ano com o tema “Accountability Media and Good Governance” – Responsabilidade, Mídia e Boa Governança – o intercâmbio acontece entre 28 de março e 15 de abril. Ele já participou do Drapper Hills Summer Fellowship Program da Universidade de Stanford, na Califórnia.

Rádio musical

Os números são do Google Analytics: a Rádio Web Justiça do Maranhão, desde que entrou no ar, em 13 de maio, acumula ouvintes em 87 países, espalhados pelos cinco continentes. Por conta disso, o jornalista e etnomusicólogo Antonio Carlos de Oliveira idealizou o programa “O Som dos Continentes”, voltado para essa plateia universal, a ser apresentado às nove da manhã e da noite, aos sábados e domingos. A estreia é com a música da Nigéria.

Casa da Mulher Brasileira ampliará proteção às vítimas no Maranhão

O Governo do Maranhão já concluiu mais de 30% das obras de construção da primeira Casa da Mulher Brasileira no estado. O espaço de 3 mil metros quadrados é construído com o apoio do Governo Federal, no qual ofertará serviços de combate à violência contra as mulheres, em regime de 24 horas por dia.

O objetivo é integrar e ampliar os serviços públicos existentes para estas mulheres, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede assistencial e da promoção da autonomia financeira. A obra vem sendo executada em ritmo acelerado. A inauguração está prevista para março de 2016, com capacidade de atender 300 mulheres por dia.

Seguindo um padrão nacional, a Casa da Mulher Brasileira no Maranhão, ofertará de forma humanizada e integrada, os serviços da Defensoria Pública da Mulher, Delegacia Especial da Mulher, Tribunal de Justiça com a Vara Especial e enfrentamento doméstico, equipe multidisciplinar para mulher com profissionais do Centro de Referência do município de São Luís, serviço de Autonomia Econômica, espaço para formação e qualificação profissional, alojamento de passageiras para o acolhimento de mulheres e crianças, berçários e brinquedoteca.

A secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto, destaca a importância da parceria com o governo federal para a concretização da casa. Laurinda ainda reforça a importância da integralização de outras instituições de Estado no projeto, como Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros órgãos, estimulando a denúncia imediata e o amparo à mulher.

"Dessa forma nós vamos evitar que as mulheres vítimas façam uma via crucis para denunciarem o caso de agressão. Com esse aparato de órgãos integrados, nós vamos proporcionar comodidade a estas



Obras de construção da Casa da Mulher Brasileira seguem a todo vapor

mulheres, evitando deslocamentos que cruzam a cidade, diminuindo o sofrimento destas mulheres que já se encontram em situação vulnerável", disse.

O centro integrado especializado no atendimento da mulher visa garantir o enfrentamento e a punição à violência contra o gênero de forma rápida e efetiva, no qual conta ainda com uma estrutura com um alojamento de passagem para receber as vítimas por um período de até 48 horas, em caso de medida protetiva determinada pela Justiça. O acolhimento é realizado tanto para as mães como para os filhos, a exemplo dos bebês, que poderão contar com uma área de berçários, além de uma brinquedoteca para crianças.

A Casa é um dos eixos do programa "Mulher Viver sem Violência", coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, aderido pelo governador Flávio Dino, no início de sua gestão. A medida irá facilitar o acesso aos serviços especializados para garantir condições de enfrentamento

da violência, o empoderamento da mulher e sua autonomia econômica.

"Os serviços integrados não apenas resultarão numa medida enérgica dos órgãos competentes, como, também, irão direcionar essa mulher a adquirir sua autonomia econômica de forma significativa, o que ajudará essas vítimas a se livrar da dependência financeira dos agressores. É um passo definitivo do Estado para o reconhecimento do direito de as mulheres viverem sem violência", avaliou a secretária. Foi instituído um comitê gestor para discutir as diretrizes e metodologias de funcionamento da casa. "Estamos com uma viagem marcada para o dia 5 de novembro em Brasília, quando estaremos com todos os representantes de todas as capitais que implantarão a Casa da Mulher", completou Laurinda. A gestora responsável pela pasta da Mulher informou, ainda, que diante das reuniões realizadas, o governador já sinalizou o interesse em disseminar o modelo de casas como esta para outros municípios. "O nosso governador já nos

falou do compromisso de fazer a transposição do modelo para outras regiões do Estado, principalmente, em Imperatriz", disse Laurinda.

Mais Mulher - A iniciativa do Governo do Maranhão em reunir os serviços voltados para a mulher maranhense tem gerado bons resultados, como o que vem sendo desenvolvido durante todo o mês de outubro, no qual se desdobra em ações de cidadania e saúde com a Carreta da Mulher e o Mamógrafo Móvel.

A carreta é uma unidade móvel dotada de consultório médico, sala para coleta de exame papanicolau; banheiro; e um miniauditório com TV, com capacidade para mais de 20 mulheres. Em um ambiente climatizado as mulheres, enquanto esperam atendimento de saúde, assistem palestras e são orientadas sobre a importância da prevenção ao câncer. Após o acolhimento e atendimento na Carreta é feita uma triagem das mulheres, aquelas que têm mais de 40 anos, e, principalmente, tem histórico de câncer na família seguem para o atendimento no Mamógrafo Móvel.